

O STF definiu ontem (9) que os municípios não podem contrariar a lei federal que regulamentou os serviços de motoristas particulares dos aplicativos Uber, Cabify e 99. Também estabeleceu que qualquer restrição é inconstitucional. As decisões foram tomadas a partir do encerramento do julgamento sobre a legalidade dos serviços de aplicativos. O STF decidiu que os municípios podem fiscalizar o serviço, mas não podem proibir a circulação dos motoristas.

Rogério Marinho prevê que relatório da Previdência pode ser votado até junho

O secretário Especial de Previdência, Rogério Marinho, estimou ontem (9), que, se o relatório do deputado federal Samuel Moreira (PSDB-SP) for apresentado à comissão especial da Câmara assim que acabarem as audiências públicas, a votação na comissão poderá ocorrer até o início de junho. Na sua avaliação esse ritmo permitiria que a tramitação terminasse ainda no primeiro semestre.

“Quem vai dizer o ritmo é o relator. Ele já anunciou que, assim que terminarem as audiências públicas, que vão ocorrer no mês de maio, ele já está pronto para apresentar o relatório”, lembrou.

“Se apresentar após as audiências, no final do mês ou princípio do próximo, estará pronto para ser votado”. O secretário participou do 31º Fórum Nacional, promovido pelo BNDES, no Rio de Janeiro e defendeu a importância da reforma para a recuperação da economia. “A expectativa de quem empreende e de quem produz, de quem toma decisão de investir no Brasil, está sofrendo e reprimida em função da velocidade com que o projeto de Previdência tramita no Congresso”.

“Temos todo o ambiente propício para que o debate ocorra com a maior tranquilidade. No final do mês, apresentado o

relatório, e o relatório votado do princípio do mês de junho a meados de junho, há condição de se resolver a tramitação da Câmara no primeiro semestre”, disse o secretário ao defender que governadores e prefeitos se engajem no debate sobre a reforma, porque “são atores políticos importantes”.

Além da economia de R\$ 1,2 trilhão que a reforma poderá trazer às contas da União, o projeto poderá ter impacto de mais R\$ 500 bilhões se estendido aos estados e municípios. “É importante que haja uma adesão do conjunto dos governadores”. Rogério Marinho antecipou que em junho começarão a ser anunciadas mudanças nas



Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, diz que dados apresentados na Comissão Especial da Câmara foram transparentes.

normas regulamentadoras de saúde do trabalhador e segurança no trabalho.

“Existem 36 normas reguladoras que tratam da saúde e da segurança do trabalhador. São

6,7 mil a 6,8 mil linhas diferentes de fiscalização. É absolutamente impossível que um pequeno empreendedor possa se adequar a essa situação, e a ideia é simplificar, desburocratizar,

modernizar, customizar, sem perder a questão da segurança e a preocupação com a saúde, mas, ao mesmo tempo, permitir uma maior competitividade na indústria e na economia” (ABR).

Supremo Tribunal Federal valida indulto de Natal assinado por Temer

Por 6 votos a 4, os ministros do STF validaram o decreto de indulto natalino editado pelo ex-presidente Temer em 2017. Com a decisão, condenados que se enquadram nas regras poderão solicitar o benefício na Justiça, incluindo condenados na Operação Lava Jato. A Corte derrubou a decisão individual do ministro Luís Roberto Barroso que suspendeu o indulto. Pelo entendimento da maioria, o indulto está previsto na Constituição e cabe exclusivamente ao presidente da República assiná-lo com as regras que bem entender, sem interferência do Judiciário.

Em março de 2018, Barroso entendeu que texto inovou e previu a possibilidade de indulto para condenados que cumpriram um quinto da pena, incluindo crimes de corrupção e correlatos,



A Corte derrubou a decisão individual do ministro Luís Roberto Barroso que suspendeu o indulto.

além de indultar penas de multa. E que o indulto só poderia ser aplicado após o cumprimento de um terço da condenação. Condenados pelos crimes de peculato, corrupção, lavagem de

dinheiro e associação criminosa em penas superiores a oito anos de prisão também não poderiam ser beneficiados.

Na sessão de ontem (9), o ministro criticou a decisão dos

colegas. “O Supremo está decidindo que é legítimo o indulto coletivo com o cumprimento de um quinto da pena, independentemente de a pena ser de 4 ou 30 anos, inclusive pelos crimes peculato, corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e organização criminosa”, afirmou Barroso. Os ministros Luiz Fux, Edson Fachin e Cármen Lúcia seguiram o entendimento de Barroso.

Gilmar Mendes, Rosa Weber, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Celso de Mello e o presidente, Dias Toffoli, divergiram e validaram o texto do indulto. Para Moraes, a Corte definiu que não cabe ao Judiciário julgar as regras do indulto estabelecidas pelo presidente da República (ABR).

Câmara da Itália aprova redução do número de parlamentares



Plenário da Câmara dos Deputados da Itália.

A Câmara dos Deputados da Itália aprovou ontem (9) um projeto que reduz o número de parlamentares em 36%. A quantidade de deputados passaria de 630 para 400, enquanto a de senadores cairia de 315 a 200. A medida teve os votos dos dois partidos da base aliada, Liga e Movimento 5 Estrelas (M5S), além da oposição de direita (Força Itália e Irmãos da Itália).

Já as legendas de centro e esquerda, que em 2016 apoiaram um referendo para tirar poder do Senado, votaram contra. “O Parlamento realiza uma etapa consistente redução do número de deputados e senadores já apresentada”, comemorou o

ministro das Relações com o Parlamento, Riccardo Fraccola, do M5S.

O projeto já havia sido aprovado em primeira leitura pelo Senado, em fevereiro, e agora precisará passar por uma segunda votação nos dois ramos do Parlamento. Nessa fase, no entanto, é possível somente aprovar ou rejeitar o texto, sem modificações.

A medida também reduz o número de parlamentares eleitos no exterior de 18 (12 deputados e seis senadores) para 12 (oito deputados e quatro senadores). Atualmente, dois brasileiros ocupam assentos na Câmara: o governista Luis Roberto Lorenzato e o opositor Fausto Longo (ANSA).

Mourão defende reforma em encontro com empresários

Após encontro com empresários, ontem (9), em Belo Horizonte, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse que o governo está tomando medidas para que o Brasil retorne ao caminho do crescimento sustentável. Mourão citou a nova Previdência afirmando que esse é um tema de grande responsabilidade para o futuro.

“A questão da nova previdência é uma grande responsabilidade de nós mais velhos para que a juventude efetivamente tenha um futuro. Caso contrário, estaremos fugindo das nossas responsabilidades e deixando os jovens tendo que trabalhar até o último dia que tiverem nessa terra, e não é isso que desejamos”, disse em entrevista a jornalistas após participar de encontro empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

Sobre economia, Mourão afirmou que é preciso concentrar esforços para uma retomada duradoura do crescimento e da geração de emprego. “Temos por dever e por obrigação enviar todos os esforços para que consigamos reverter essa espiral descendente que tem sido vivida, retornando a um



Vice-presidente da República, Hamilton Mourão.

caminho de crescimento e um crescimento sustentável e não aquele do voo da galinha. E, principalmente, para que se reverta esse quadro de desemprego que afeta a maioria do povo brasileiros e, principalmente, os jovens”.

Questionado sobre os desentendimentos com o escritor Olavo de Carvalho, Mourão respondeu que essa questão é “página virada”. “Essa questão do Olavo, o presidente [Jair Bolsonaro] já colocou muito claro, é página virada. Todas as questões que coloquei aqui para vocês são muito mais importantes do que essa discussão paroquial, vamos dizer assim” (ABR).

Moro é figura central no governo, diz líder no Senado

O líder do governo no Senado e relator da MP que trata da reforma administrativa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), destacou ontem (9) o papel central do ministro da Justiça, Sergio Moro, no Executivo. Para o senador, a aprovação de emenda que transfere o Coaf para o Ministério da Economia não significa esvaziamento da pasta de Moro. A emenda foi aprovada na manhã de ontem pela comissão especial mista criada para analisar a MP.

“O ministro Sergio Moro é o representante de compromissos importantes do presidente da República, é uma figura importante para uma pauta importante. Eu não vejo nenhum tipo de desprestigiamento”, disse o relator, ao reconhecer a dificuldade para a aprovação da permanência do Coaf no Ministério da Justiça. “Fomos derrotados”, afirmou. O relator acrescentou que, embora o governo vá trabalhar para reverter a decisão nos plenários da Câmara e do Senado, onde o texto ainda precisa ser votado, as chances são bem menores.

A comissão também aprovou emenda que prevê que a demarcação de terras indígenas passará a ser atribuição da Funai, e não mais do Ministé-



Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

rio da Agricultura. No relatório, Bezerra Coelho também acolheu a recriação de dois ministérios, das Cidades e da Integração Nacional, a partir do desmembramento do Ministério do Desenvolvimento Regional. Também foi aprovada a restrição às investigações comandadas pela Receita e uma limitação ao compartilhamento de informações bancárias e fiscais com órgãos como o MP.

Pelo relatório, a competência dos auditores da Receita ficará restrita à esfera criminal, à investigação de crimes tributários ou relacionados ao controle aduaneiro. O texto estabelece que, fora crimes tributários, ou aduaneiros, o auditor precisará de uma ordem judicial para compartilhar qualquer informação de início de crime com órgãos ou autoridades.

A votação de ontem foi apenas a primeira etapa. As mudanças aprovadas ainda precisam passar pelo plenário da Câmara e depois pelo do Senado (ABR).

Governo federal pode anunciar novo contingenciamento

O governo pode anunciar um novo contingenciamento do orçamento no próximo dia 22, avaliou ontem (9) o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, que participou do 31º Fórum Nacional, no Rio. A medida deve ser uma resposta às reduções na projeção de crescimento de PIB, o que também reduz as expectativas de receita do governo.

“Fizemos em março, por necessidade e transparência, um contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões em função de reestimativas do crescimento do PIB. Isso tem impacto sobre receita, e em particular receita primária, e isso vai levar com grande probabilidade a um novo contingenciamento. No dia 22 desse mês, anunciaremos qual vai ser essa reavaliação bimestral de despesas e receitas”, disse o secretário, lembrando que a União está com um déficit previsto de R\$ 139 bilhões para este ano.

Waldery evitou dar mais detalhes sobre o possível contingenciamento. “A magnitude só será revelada no próximo dia 22, porque esse é o procedimento que adotamos”, disse, ao afirmar que a reavaliação de despesas e receitas será realizada a cada



Secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues.

dois meses. Ele explicou que, com a redução das projeções de crescimento, a expectativa de receita também se reduz, enquanto as despesas permanecem constantes, obedecendo à Lei do Teto de Gastos. O Fórum Nacional foi realizado no BNDES e homenageou seu fundador, o ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, que morreu em fevereiro. O evento tratou da Reforma da Previdência e, sobre o tema, Waldery destacou a importância da reforma para que a economia tenha “fôlego” e reaja. O secretário adiantou que o governo vem estudando mudanças de gestão e governança do FGTS, com o objetivo de aumentar a rentabilidade do fundo e modificar as possibilidades de saque (ABR).

“Democracia é oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, depende de cada um”.

Fernando Sabino (1923/2004)
Jornalista brasileiro

Para informações sobre o

MERCADO
FINANCEIRO

faça a leitura do
QR Code com seu celular

